



Aniversário do 25 de Abril

Auditório Paulo Quintela, 25 de Abril de 2013

Senhor Presidente da Assembleia Municipal

Senhoras e Senhores membros da Assembleia Municipal

Autoridades Cívicas, Militares e Religiosas,

Convidados, comunicação social,

Comemoramos hoje o 39.º aniversário do 25 de Abril, data histórica em que foi posto termo à ditadura de quase 50 anos, restituída a liberdade aos portugueses, data a partir da qual se criaram condições para pôr termo à guerra colonial, se elaborar a nova Constituição da República e o País se organizar política e administrativamente no quadro de referência das democracias europeias. Deu-se prioridade à consolidação da Democracia política e de seguida à adesão à CEE apostando no bem-estar e condições de vida das populações.

Em quase quatro décadas de regime democrático, que vividos a um ritmo alucinante, imposto pela globalização, pelo conhecimento e pela tecnologia, muitos sonhos se concretizaram, muitos se perderam. A grande conquista de Abril foi a Liberdade, ainda que persistam grandes condicionamentos vividos pelos cidadãos que, querendo e podendo trabalhar dignamente para seu sustento e da família não o conseguem, situação hoje muito agravada face à elevada taxa de desemprego e que obriga muitos jovens, acabados de sair das universidades, a ter de optar pela emigração, que no ano de 2012, cresceu 85% na idade compreendida entre os 25 e os 29 anos.

É reduzida a justiça distributiva, a solidariedade e a equidade, valores próximos da liberdade, quando os problemas de coesão se agravaram, as desigualdades sociais e territoriais se acentuaram e um terço da população vive abaixo do limiar de pobreza, se deduzidos os apoios sociais.



Apesar dos problemas, o País mudou muito para melhor, são grandes as transformações feitas em áreas essenciais á qualidade de vida e bem-estar dos cidadãos, como as infraestruturas na área do ambiente, das acessibilidades, da saúde, do ensino, da segurança social, áreas em que o país deu um grande salto. Também o Poder Local se afirmou como uma das mais relevantes conquistas de Abril, assumindo o desenvolvimento local e regional com mais proximidade e maior participação dos cidadãos, ainda que nem tudo tenha sido feito de forma positiva, promovendo a cidadania, construindo o essencial das infraestruturas em áreas chave para a qualidade de vida dos portugueses.

Em geral, a obra feita em tempo de Democracia é apreciável, mas nem sempre foram feitas as melhores opções e as dificuldades têm sido muitas, o facto de hoje a imagem externa de Portugal ser a de um dos países mais pobres e mais desigual na Europa (com um PIB de 80% da média Europeia; região Norte com 65% é a mais pobre do país, Lisboa, a mais rica, com 112%, quase o dobro); de ter uma baixa produtividade; estar mergulhado numa forte recessão económica; com uma dívida pública que na última década duplicou e cresceu para valor insustentável; estar sufocado por uma crise financeira, em recessão económica e com pouca capacidade de criar consenso político para enfrentar as dificuldades e olhar o futuro, faz do tempo presente o mais difícil em período de democracia.

Nos últimos 35 anos, Portugal recorreu três vezes a ajuda externa para evitar a bancarrota, o último pedido de resgate ocorreu a 5 de Abril de 2011. O recurso a resgate externo tão frequente diz muito sobre as nossas debilidades no sistema de organização pública e privada, sobre o olhar constante para o curto prazo em detrimento do médio e longo prazo e da falta de responsabilização individual e coletiva, o que não representa grande herança para as gerações mais jovens.

A cultura consumista estimulada pelo comércio e pelo sistema financeiro promoveram um estilo de vida insustentável e contribuíram para, em termos relativos, se perder em dignidade a favor do individualismo. Apesar disso, emerge no país, por parte da maioria dos portugueses, um grande impulso de solidariedade, que se impõe fruto da compreensão e dignidade, traços fortes de identidade do Povo Português, que



evidenciam uma grande capacidade de mobilização solidária enquadrada pelas instituições de solidariedade. Em contraponto, determinados setores da sociedade não aceitam abdicar, mesmo que a título excepcional, de parte de direitos adquiridos ainda que claramente excessivos face ao que a economia do país pode suportar e aos resultados obtidos em alguns desses setores, que geram elevados passivos.

Passivos que representam um encargo para vários anos, suportados por todos os portugueses e, mais grave, pelo sofrimento de muitos que não conseguem fazer ouvir a sua voz, sofrimento que não é compatível com o tempo longo de resolução das crises estruturais, menos com a espera pela alternância política, que nos últimos anos ocorreu em ciclos políticos muito curtos, se focou no curto prazo e esqueceu o futuro. Cenário que hoje se repete, com os partidos mais envolvidos nas pequenas questões mediáticas, afastados da realidade dura, sem que se consiga consenso alargado para os problemas imediatos e uma abordagem estratégica que prepare o futuro.

Perdeu-se em reflexão estratégica, ganhou o voluntarismo tático, esqueceu-se a agricultura, o mar, a indústria, o Interior, hoje despovoado e empobrecido, um dos mais graves problemas a resolver, neste país que, no litoral, em menos de um terço do território, concentra 78,8% do PIB, 70 % da população, 85% dos alunos do ensino superior. Sabemos que também neste âmbito a política tem que mudar, o país tem que se reencontrar consigo próprio, numa visão de maior coesão; mais igual entre cidadãos e regiões; com uma economia mais verde e internacionalizada, mais competitiva, que integre mais conhecimento e inovação e que seja mais inclusiva.

A minha perspetiva nesta comemoração do 25 de Abril é a de refletir o País, sem deixar de pensar os problemas da Interioridade, da solidariedade devida à região, considerando a situação frágil em que se encontra e os muitos recursos naturais e humanos com que, ao longo de séculos, tem contribuído para que a torna credora de uma dívida histórica de que é sujeito passivo o Estado Português, situação que não pode, apesar da crise, deixar de ser refletida e integrada nas políticas e reformas estruturais envolvendo um conjunto de medidas, algumas de rotura com a atual situação, tais como:



Criar um sistema competitivo de incentivos fiscais à Interioridade; políticas fortes de apoio ao desenvolvimento rural; duplicação do número de alunos nas instituições de ensino superior; apoiar a criação de centros de inovação e competitividade no Interior; desconcentração de serviços públicos de âmbito nacional, transferindo-os de Lisboa para as capitais de distrito do Interior; alteração da Lei eleitoral para a Assembleia da República, com redução do número de deputados, limitação de mandatos, introdução de círculos uninominais e no Parlamento garantir maior representatividade do fator território de modo a que o Interior possa recuperar a voz que perdeu.

Nesta intervenção política comemorativa do 25 de Abril, a última na qualidade em que o faço, pretendo deixar um breve registo da grande evolução de Bragança após o 25 de Abril, período em que as transformações são evidentes e continuadas. Vou incidir sobre o período de quatro mandatos em que assumi o desafio das responsabilidades de Presidente da Câmara Municipal.

Neste período de década e meia de orientação política estável na gestão municipal, os resultados são positivos. Bragança continua a ser uma cidade de que nos orgulhamos, surpreende de forma agradável quem nos visita, pela qualidade, organização e estrutura urbana dimensionada para o presente e para o futuro. O ritmo de evolução foi intenso, alguns indicadores gerais de âmbito concelhio e da gestão municipal dão-nos essa leitura.

A população cresceu, apesar de em todos os restantes concelhos de Trás-os-Montes ter diminuído; a taxa de atividade cresceu nas duas últimas décadas 6,4%; a população com licenciatura completa (20,41%) está cinco pontos percentuais acima da média nacional; o índice de poder de compra concelhio está seis pontos percentuais acima da média da Região Norte; no ano de 2011 exportou cerca de três vezes mais que o conjunto dos restantes municípios de Trás-os-Montes e Douro; feita a comparação com as capitais de distrito do Interior (Guarda, Castelo Branco, Portalegre e Beja), Bragança apresenta melhor índice de desenvolvimento global.

O Município tem a mais baixa dívida dos últimos 15 anos, três vezes inferior à do ano de 1997 se analisada em termos de percentagem sobre a receita, apesar de ter concretizado o maior ciclo de investimento de que há memória, tendo, no período de



1998 a 2012 sido investidos 266 Milhões de euros, e de mesmo em situação de crise no País, manter o investimento duas vezes acima da média nacional e os dados recentes indicarem que a dívida por habitante do Município de Bragança é a mais baixa da região de Trás-os-Montes e Alto Douro, duas vezes e meia inferior à média nacional, quatro ponto vinte e cinco vezes inferior á média do distrito.

Na transição do milénio fomos capazes de escrever páginas significativas da história contemporânea de Bragança, fruto do elevado empenho e atitude positiva dos bragançanos que não baixaram os braços, do desempenho das suas empresas e instituições, processo em que contou com apoio da Administração Central e muito apoio da União Europeia. Este impulso global é um ativo importante para, no presente, resistir aos efeitos devastadores da crise, garantia e suporte ao desenvolvimento para as próximas gerações.

Neste tempo tão exigente e incerto, no País e na Europa, é preciso manter presentes os problemas da Interioridade, lutar para os reduzir, e um grande empenho na resolução dos grandes desafios como: a redução da pesada dívida pública e privada; definir que administração o país precisa e com que recursos a pode sustentar; aumentar a produtividade; fazer crescer a economia de forma expressiva e sustentada, tornando-a mais competitiva e inovadora, acompanhando os problemas da globalização e das alterações climáticas; criar mais e melhores empregos; melhorar a democracia; fortalecer a coesão social e territorial.

Procuramos fazer a nossa parte, por isso, hoje, integrado no programa das comemorações, visitaremos os trabalhos em curso de dois projetos marcantes para o concelho e a região, as obras do Parque de Ciência e Tecnologia – Brigantia Ecopark e as do antigo Forte de S. João de Deus. Após a presente sessão solene vamos inaugurar o Centro de Fotografia Georges Dussaud, fotógrafo conhecido em vários países, com a sua obra em grandes Centros de Cultura Europeus, cidadão Francês que doou ao município uma coleção de fotografias intitulada “Crónicas Portuguesas”, gesto que saudamos e agradecemos com um aplauso.

Com o orgulho de ser bragançano e português, a terminar quero referir que, apesar da crise, a esperança prevalece, que devemos usar a criatividade e a cooperação na ótica



do interesse comum, que o valioso legado de valores e de identidade de gerações passadas conseguido com atitude positiva e predominância das boas realizações, enfrentando as adversidades, tem de ser o nosso guia. O nosso desafio e obrigação é o de vencer a situação de exceção em que o País se encontra mergulhado e aos nossos filhos e gerações vindouras deixar um legado melhor.

António Jorge Nunes

Presidente da Câmara Municipal de Bragança